

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE SOCIOECONOMIA

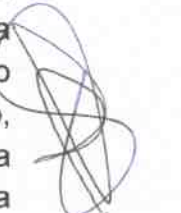
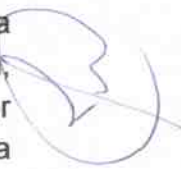
Data: 22 de Junho de 2010

Local: Auditório da ESBR (Porto Velho)

Às 14h 45m do dia 22 de Junho de 2010, no auditório da ESBR em Porto Velho, iniciou-se a reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Socioeconomia, com as boas-vindas a todos e agradecimento aos presentes. Em seguida, a coordenadora Cirlene Furini, informou a dinâmica da reunião e o objetivo e passou a palavra para Marília Oliveira, da Clara Comunicação, que apresentou o Programa de Comunicação Social integrante do Projeto Básico Ambiental e solicitado em pauta na primeira reunião do GT em Abril de 2010. Em seguida, a palavra foi passada para a coordenadora de Socioeconomia, Sueli Biedacha, a qual apresentou o GT Indígena e comentou sobre o Programa Indígena contemplado no PBA. A mesma também falou sobre o convênio firmado entre ESBR, FUNAI e SAE. Dando continuidade, foram apresentados os encaminhamentos do GT de Socioeconomia, informadas as devolutivas e comentado cada ponto da reunião anterior. João Felipe falou sobre o programa Fomentar, de qualificação profissional, do qual está sendo formatado um projeto para a UHE Jirau. Pedro Beber esclarece que o programa qualifica pessoas que vão trabalhar no entorno da Usina e a clientela são as famílias que estão cadastradas no Programa Bolsa Família, querendo a Prefeitura dar continuidade a essas atividades. O mesmo solicita que os estudos elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sejam apresentados em uma preliminar sobre um provável cenário.

Sueli Biedacha informa que esses estudos foram elaborados não somente pela FGV, mas também pelo SEBRAE em parceria com o ICC e ESBR, onde a preocupação é fazer com que haja sinergia entre as ações. Sinoel Batista, Coordenador da CNEC, comenta da necessidade de articular da melhor maneira o PBA da UHE Jirau e a Prefeitura, com as ações sendo iniciadas a partir da AID do empreendimento em direção a Porto Velho e não o contrário. O desafio é fazer a articulação entre essa necessidade imposta pelo PBA e a demanda da SEMDESTUR e SEMEPE. Pedro Beber, SEMEPE, informa que o Ministério Público Estadual está cobrando o plano para a saúde do Município, apresentando o Consórcio Público de Saúde como uma alternativa para capitanear um projeto de alta complexidade na saúde. Sinoel Batista, explica que esse consórcio já é uma prática antiga, e sua formação foi facilitada com uma lei criada em 2005. Entretanto, o Governo Federal só participa se o Estadual também o fizer. A saúde no Brasil está dividida em três níveis (básico, secundário e alta complexidade), porém os governos não investiram em alta complexidade que é a proposta para formação do consórcio. Este movimento

SAE



Schuyra
Lemanda

Adriana Bueno
Sérgio
Sueli
João Felipe

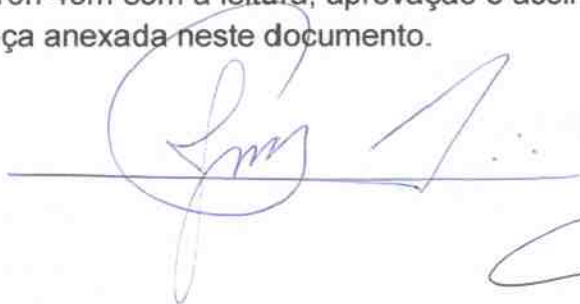


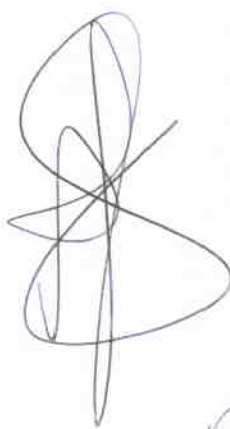

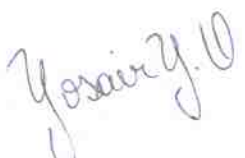




deve ser liderado pela Prefeitura para articular com Estado e Governo Federal. A ESBR pode participar desse consórcio com recursos alocados do protocolo. O secretário informa que se conseguir o valor necessário para o investimento trabalhará para garantir o consórcio. O mesmo sugere uma reunião com a ESBR para discutir a questão do Consórcio Público de Saúde utilizando parte dos recursos do protocolo do Estado.

Encaminhamentos

- Apresentar os estudos elaborados sobre os cenários futuros para Porto Velho (FGV / SEBRAE e outros);
- Apresentação do andamento do programa Fomentar pela SEMDESTUR.

A reunião foi encerrada às 16h 45m com a leitura, aprovação e assinatura da Ata, sendo a lista de presença anexada neste documento.









Shayma
Adunio Bueno
Sergio Alves
Luanda
Burloni